

Retornos e nostalgias da Revolução de 1965 na República Dominicana

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.209226>**Victor Miguel Castillo de Macedo**

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil
victormcmacedo2@gmail.com |
<https://orcid.org/0000-0001-6923-0734>

RESUMO

A partir de pesquisa de campo desenvolvida na capital da República Dominicana, Santo Domingo, exploro diferentes formas de se referir e se relacionar com a Revolução de 1965, que defendia o *retorno* à Constituição de 1963. No texto sigo a celebração do 54º aniversário da Revolução e a marcha de um grupo de combatentes “esquecidos”. O caminhar solene da sua comemoração oferece um índice de rastros e vestígios das histórias de “heróis anônimos” como formas outras de falar sobre o que significou a revolução de 1965. Meu objetivo é demonstrar como a menção a uma revolução motivada por retornos permite o acesso a nostalgias e melancolias de futuros passados.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução;
Nostalgia;
Retorno;
Melancolia.

Returns and nostalgias of the 1965 Revolution in the Dominican Republic

ABSTRACT Based on fieldwork in the Dominican Republic capital, Santo Domingo, I explore the different ways to refer and relate to the 1965's Revolution, that defended the *return* of the 1963 Constitution. In the article I follow the celebration of the 54th anniversary of the Revolution in 2019 and the march of a group of “forgotten” combatants. The solemn walk of their commemoration offers an index of tracks and traces of histories of “anonymous heroes” as alter ways to talk about what meant the 1965 Revolution. My goal is to demonstrate how the mention to a revolution motivated by returns allows the access to future past's nostalgias and melancholies.

KEYWORDS

Revolution; Nostalgia; Return;
Melancholia

INTRODUÇÃO

No presente artigo exploro modos de se referir ao breve período revolucionário dominicano de 1965 em diálogo com pesquisas sobre o caráter polissêmico e nostálgico de revoluções e seus fracassos. De modo discreto, interessa-me compreender como a Revolução de 1965, motivada pelo retorno da Constituição dominicana de 1963, pôde adquirir essa versão nostálgica (entre lutos e melancolias). A reflexão é resultado de um trabalho de campo que envolveu a observação participante, a pesquisa em arquivos e em redes sociais de 2017 a 2020 para minha tese de doutoramento. Especialmente os circuitos em plataformas digitais e entre bairros de Santo Domingo da Fundación de Solidaridad con los Héroes de Abril – FUSHA. A fundação foi o lócus de meu trabalho etnográfico e onde conheci a maioria dos ex-combatentes com quem tive conversas informais e entrevistas abertas. Aliada a essa perspectiva, fiz pesquisa no Archivo General de la Nación dominicano (AGN) e um levantamento bibliográfico no Dominican Studies Institute da City University of New York (DSI/CUNY) em 2017¹.

Para uma apresentação de acontecimentos anteriores ao golpe de 1963 e dos processos revolucionários, sigo as interpretações de Piero Gleijeses, historiador das relações internacionais (2011), e John Bartlow Martin, ex-embaixador dos Estados Unidos na República Dominicana (1966). Ambos servem de base para um entendimento do discurso oficial sobre o que motivou a revolução no contexto de imagens mais amplas sobre o país. São argumentos simetricamente opostos a respeito da revolução em termos ideológicos, que podem ser mobilizados por ex-combatentes. E, ainda assim, oferecem uma estrutura de enredos semelhante, conforme apresento.

Em um segundo momento, demonstro como se instanciam, nas interações que observei na gravação em vídeo da caminhada da FUSHA, modos de atualizar os sentidos da revolução, junto com fotos e imagens que fiz de outras demonstrações no dia 24 de abril. Nos lugares e gestos de meus interlocutores, estão modos de reverberar os projetos da revolução de 1965, não como acontecimento acabado, delimitado ou como uma memória. Por isso, minha preocupação é trazer um tipo de antropologia da história (Palmié & Stewart, 2016; Gonçalves, 2017), devedora de esforços anteriores, em que se exploram as condições de surgimento de silenciamentos da história (Trouillot, 1995). Para tanto, remonto alguns argumentos de João Felipe Gonçalves (2017) e David Scott (2014), de modo a contrastar o experimento revolucionário dominicano com os casos de Cuba (1959) e Granada (1973).

Meu argumento central é que a experiência revolucionária deixou dois tipos de sentimento: uma nostalgia vinculada à experiência de libertação revolucionária; e, do mesmo modo, a melancolia relacionada à incapacidade de elaborar a perda do objeto de desejo (os objetivos revolucionários não alcançados). Reajo à análise de David Scott (2014) e sua abordagem da discussão de Sigmund Freud a respeito

¹ | Este texto, no entanto, foi desenvolvido no escopo do projeto “Cronotopos Canibais no Sul Global: A coprodução de histórias, lugares e identificações”, do CANIBAL – Grupo de Antropologia do Sul e do Leste Globais, coordenado pelo professor João Felipe Gonçalves. Aproveito ainda para dedicar o artigo ao ex-combatente e “tio” Angel Bievenido Cuchiro (*in memoriam*), por todas as conversas e esperanças compartilhadas. Agradeço também as leituras dos pareceristas da revista, bem como os comentários generosos de Marcelo Mello e Felipe Magaldi. A pesquisa que permitiu esse texto recebeu apoio do Projeto de Pesquisa de Bancada coordenado por Olívia Gomes da Cunha, com apoio da FAPERJ (CNE2018-E-26/202.758/2018) e do CNPq (EU-439103/2018-5). Durante a escrita recebi apoio da bolsa de pós-doutorado FAPESP (processo 2021/05444-o) com a supervisão de João Felipe Gonçalves.

das experiências de luto e melancolia, como um modo de localizar as percepções em campo. Ambas compõem as condições em que vivem ex-combatentes (agora na velhice) que ou não foram reconhecidos, ou cujas dores da traumática experiência foram sublimadas pelas subseqüentes transformações políticas que sofreu a República Dominicana².

Concluo com um olhar para as potencialidades e brechas que residem na aparente resignação e suas dinâmicas nostálgicas. Entre as pessoas que fizeram a luta de 1965 estão os múltiplos sentidos que se fabricaram para o termo *Revolução* no contexto dominicano. As ideias perseguidas no rescaldo da luta revolucionária continuam circulando pela cidade de Santo Domingo, ainda que com outros ritmos. Para além de pensá-las como resquícios da memória, acredito que ali estejam reflexões singulares sobre democracia, soberania e autodeterminação. São preocupações e ângulos que expandem leituras calcadas em problemas centrados em ficções do Atlântico Norte (Trouillot, 2003), e discussões da intelectualidade de base norte-americana.

Passo, portanto, às interpretações que consolidaram lugares-comuns para se entenderem os eventos da Revolução Constitucionalista de 1965.

LEITURAS (SUPOSTAMENTE) PARALELAS

Em 1966 foi publicada a primeira edição do livro autobiográfico de John Bartlow Martin, *Overtaken by events: The Dominican crisis from the fall of Trujillo to the Civil War*. O autor foi indicado como representante dos Estados Unidos na República Dominicana depois da morte do ditador Rafael Leónidas Trujillo em 31 de maio de 1961 (que havia comandado o país desde 1930). Apesar do tom de espectador que Martin imprime à sua narrativa em alguns momentos, a leitura de outra obra sobre a revolução explícita que ele era um dos muitos agentes em disputa no período (além de propor narrativas sobre o que aconteceu). Trata-se do livro de Piero Gleijeses *La Esperanza Desgarrada: la rebelión dominicana de 1965 y la invasión norteamericana* (2011), que é uma versão atualizada da sua tese de doutorado para o Instituto Universitário de Altos Estudos em Genebra³.

Para ambos os autores, o acontecimento que inaugura o cenário da revolução é o complô que leva ao assassinato de Trujillo (conhecido entre dominicanos progressistas como o *ajusticiamiento*). Os seis meses que seguem o maio de 1961 são marcados por muita instabilidade política, greves gerais, ameaça de intervenção norte-americana e contínuas mudanças dos quadros políticos à frente do poder executivo. Não se esperaria menos, afinal foram trinta anos sob o jugo do ditador. Seus capatazes, que operavam sob o nome de Servicio de Inteligencia Militar (SIM), continuaram perseguindo e executando opositores e seus familiares.

2 | Apesar de não ser meu enfoque central, quero destacar que meus interlocutores são pessoas na velhice, e por vez ou outra utilizo a palavra “idoso” para me referir a eles. Isso não quer dizer que incorpore a perspectiva gerontocrática e etarista, criticada recentemente no trabalho de Guta Grin Debert (2012 [1999]). Do mesmo modo, não adentro aos efeitos da pandemia no seu cotidiano (conforme abordado por Schuch, Vítora e Siqueira, 2021), pois ultrapassam as questões levantadas aqui.

3 | A tese, intitulada *La crisis dominicana: Revuelta Constitucionalista de 1965 y la intervención norteamericana*, foi publicada em inglês pela primeira vez em 1978. A obra de 2011 incorpora documentos da CIA e relatórios expedidos durante a revolução.

Em sua obra, Martin conta que estava na República Dominicana como emissário oficial do governo neste período em que os Estados Unidos haviam rompido relações diplomáticas com o regime (1966: 64). Estava em jogo a retirada das sanções econômicas da Organização dos Estados Americanos – OEA (impostas no início de 1960). Caso fossem revogadas, dariam legitimidade para o filho de Trujillo (Ramfis) governar com ares de normalidade (e com a ajuda do presidente títere Joaquín Balaguer⁴). O autor conta que, nos protestos contra a família Trujillo e Balaguer, a população “olhava para nós” (os norte-americanos) como os que solucionariam seus problemas e que havia também pedidos de visto para os Estados Unidos (1966: 71)⁵.

Piero Gleijeses, no entanto, evidencia que os americanos estavam preocupados com a proximidade da ameaça comunista de Cuba, sobretudo após o direcionamento socialista da Revolução de 1959 e a invasão à Baía dos Porcos em 1961. Ele relembra também os processos pós-Somoza em 1958 na Nicarágua. Assim, em ambos os autores a morte de Trujillo e a relação com os Estados Unidos aparecem como pontos centrais.

Gleijeses também descreve com detalhe como Joaquín Balaguer conseguiu manter-se na presidência, buscando um diálogo com os norte-americanos. Desta aproximação resultou a retirada parcial das sanções econômicas da Organização dos Estados Americanos – OEA. Para completar esse processo, precisaria do apoio de Ramfis Trujillo, que detinha o controle das Forças Armadas – em especial, da base de San Isidro, onde estavam a Força Aérea e o Centro de Enseñanza de las Fuerzas Armadas (CEFA). Em 14 de novembro de 1961, o primogênito do ditador renunciou, devido às pressões que recebia. Em busca de apoio, recorreu aos tios Hector “el Negro” Trujillo e Petán, que haviam saído do país como parte das negociações de Balaguer com os americanos. Assim, foi Balaguer quem encerrou o ciclo de poder de seu padrinho político. Nesse interregno entre a morte do ditador e a primeira eleição de 1962, surgiram a Unión Cívica Nacional (UCN) – formada por membros do clube Unión – e o Movimiento 14 de Junio⁶.

No lugar de um presidente, criou-se um Conselho de Estado formado por notáveis, que organizaria as primeiras eleições por sufrágio universal da República Dominicana. Apesar de ter alguns de seus membros no conselho, a UCN registrou-se como novo partido. Além deles, o nome do recém-retornado do exílio e escritor, Juan Bosch, circulava entre populares. Bosch, membro do Partido Revolucionário Dominicano – PRD, era tido pelo serviço de inteligência estadunidense como um “esquerdista moderado”, que, por ter passado a maior parte do exílio em Porto Rico, não era considerado um aliado de Fidel Castro. Gleijeses afirma que o partido estava formado majoritariamente por ex-exilados e, portanto, não tinha grande apelo popular, nem se permitia posições mais contundentes, por isso também foi alvo de críticas do movimento 14 de Junio (2011: 104).

4 | Balaguer foi presidente durante dois períodos da segunda metade do século XX (sem considerar os anos em que foi o presidente do ditador Rafael Trujillo, 1930-1961): 1966-1978; 1986-1996. Em 1994, seus métodos de fraude eleitoral ficaram expostos, e, ainda assim, se manteve por mais dois anos no poder durante a reforma eleitoral. Neste texto não tratarei com detalhe seu autoritarismo (discutido por Krohn-Hansen, 2009; e Castillo de Macedo, 2021b; 2022).

5 | Jesse Hoffnug-Garskoff trabalha em sua obra a histórica relação entre Nova York e Santo Domingo, demonstrando entre outras coisas que os números da emissão de vistos americanos cresceram vertiginosamente após o fim da Revolução de 1965 (2013: 185).

6 | O nome do grupo remete à data de 14 de junho de 1959, quando militantes dominicanos chegaram a Cuba para receber treinamento militar; o grupo era formado por jovens de classe média, em alguns casos filhos de ex-apoiadores de Trujillo. O líder do movimento era Manolo Tavares Justo, advogado e viúvo de Minerva Mirabal (uma das grandes mártires do período Trujillo junto de suas irmãs). Justo tinha muito apelo popular, e sua morte em 1963 foi um dos combustíveis da revolução.

A ideia era oferecer uma opção democrática de esquerda, não alinhada ao então recente comunismo cubano. Martin via a desconfiança de Bosch com os Estados Unidos como uma postura arrogante para um ensaísta autodidata (conhecido popularmente como professor Bosch⁷). Sem embargo, ele foi eleito em 1962 por ser capaz de comunicar suas ideias às populações rurais, além de trazer propostas de interesse popular (como o armazenamento de comida, reforma agrária e a diminuição do preço dos alimentos). John Bartlow Martin (reenviado à República Dominicana então como embaixador), ao comentar suas primeiras impressões a respeito do novo presidente, deixa claro seu desgosto pela arrogância de Juan Bosch (1966: 269), e não esconde a amizade com os membros da UCN. Ainda assim, ele (Bosch) estaria afinado com os planos de Kennedy para a Aliança para o Progresso (Rabe, 2016).

Em 27 de fevereiro de 1963, Bosch foi empossado no cargo de presidente. Em setembro do mesmo ano foi deposto pelas Forças Armadas com o apoio das camadas dominantes da sociedade dominicana. Nesse meio-tempo conseguiu receber políticos exilados e deu início à reforma agrária (assentando somente 1.400 famílias). Piero Gleijeses aponta que a ajuda econômica prometida pelo governo americano de 8 milhões de dólares foi um sexto do montante total (2011: 166). O historiador comenta também que Bosch foi pouco maleável às práticas de pequenos favores, comuns entre a burocracia estatal – o que o fez perder aliados dentro de seu partido. A oposição golpista contou ainda com o apoio da Igreja Católica, cujos padres em seus sermões acusavam o presidente de comunismo. A despeito dessa poderosa força civil, as escolhas e ações de John Bartlow Martin foram peça-chave neste enredo.

O ex-embaixador afirma em seu livro que sabia dos danos possíveis que um golpe poderia causar ao ambiente político dominicano. No entanto, interessava-lhe mais o expurgo de toda e qualquer (possível) atividade comunista no país. O governo que caiu em setembro de 1963, junto da nova Constituição, foi substituído por um triúmviro cujos membros eram, segundo Martin, trujillistas com tendências à corrupção e à repressão⁸. Ele próprio sugeriu que se cortassem as relações americanas com a República Dominicana, de modo a indicar que se opunham ao golpe.

O triunvirato tentou apagar os focos de rebeldia ao longo de dois anos; entre eles, o assassinato de Manolo Tavares Justo (líder do 14 de Junio) em 1963 criou uma crise política que levou à formação de um novo conselho de Estado (e à dissolução do triunvirato). A nova formação foi encabeçada por Donald Reid Cabral – um jovem empresário, também da oligarquia dominicana. Foi um período de muitas greves e pressão política externa (articulada pelos exilados Juan Bosch e Joaquín Balaguer). Após algumas tentativas frustradas de golpe no início de 1965, um grupo de militares de baixa patente iniciou o ataque ao Palácio Nacional no dia 24 de abril do mesmo ano. Neste dia, José Francisco Peña Gomez, político do PRD, foi à rádio convocar a população para apoiar as ações, e assim se iniciaram os primeiros movimentos da revolução. Por defenderem o retorno da Constituição de 1963 e a volta de Bosch ao

7 | Bosch era filho de um espanhol com uma porto-riquenha, logo não fazia parte da gente de *primera* (Gleijeses, 2011: 150). Esse conceito, aliás, foi cunhado pelo próprio Juan Bosch (1964), mas seu uso se origina no período Trujillo, quando filhos de imigrantes italianos ou espanhóis procuravam algum lugar nos espaços das antigas famílias, como o Club Unión (Hoetink, 2000: 215-216). Um bom exemplo para explicar o termo é o candidato da UCN, Viriato Fiallo, de família oligarca, cuja candidatura resgatava um sentido de nobreza e soberania próprio dos projetos da agremiação.

8 | Formado por notáveis da sociedade dominicana, como Emilio de los Santos, Manuel Tavares Espaillet e Ramón Tapia Espinal.

poder, os revoltosos ficaram conhecidos como constitucionalistas. As forças militares contrarrevolucionárias – em sua maioria da base aérea de San Isidro –, por sua vez, foram chamadas de lealistas (por serem leais ao golpe).

Durante os primeiros combates do sábado à tarde, o nome de Francisco Alberto Caamaño Denó se destacou como a liderança do movimento. Advindo de uma família de origem espanhola e próxima ao ex-ditador, Caamaño foi declarado presidente no dia 28 de abril pela maioria dos deputados e senadores, até que Bosch retornasse. Apesar de terem pedido apoio da embaixada norte-americana, a ação foi percebida como algo que potencialmente geraria uma “nova Cuba” no Caribe. Primeiramente mobilizados para retirar cidadãos americanos com segurança, foram convocados, ao longo dos conflitos, em torno de 40 mil soldados dos Estados Unidos. No início de maio, militares de países então alinhados com o imperialismo formaram a Força Interamericana de Paz – FIP. O Brasil foi o país com o segundo maior contingente (1.300 soldados)⁹.

Em 3 de setembro do mesmo ano, foi assinado um acordo de paz que determinou novas eleições e anistia para ambas as partes em conflito. Nas novas eleições, Bosch, acuado por constantes ameaças de morte, perdeu o pleito de 1966 para Joaquín Balaguer. Este iniciou o período de perseguições aos ex-combatentes civis, que durou até 1978.

A questão a respeito do caráter comunista ou não da revolução era central para defensores e críticos da revolução, conforme ambos, Gleijeses e Martin descrevem. Esse era um ponto também problemático para os congressistas norte-americanos, que, em documentos desclassificados pela Central de Inteligência Americana (CIA), explicam que a chegada de comunistas exilados no período Bosch explicaria o vínculo com o comunismo. Na comissão que discutiu a “situação dominicana” (*Dominican Situation*), observam-se o uso de fontes jornalísticas e a presença de algumas dezenas de membros do Movimiento Popular Dominicano (MPD – agrupamento marxista-leninista) entre constitucionalistas como prova. John Bartlow Martin, por sua vez, comenta a suposta incapacidade de dominicanos de governarem a si próprios.

As diferenças narrativas entre a autobiografia de Martin e o estudo histórico-sociológico de Gleijeses são claras. Enquanto o primeiro faz quase uma sátira dos embates políticos dominicanos, o segundo desenha uma tragédia imposta pelos desmandos do imperialismo. Cada um dos autores enquadra elementos e cria cadeias de eventos para reforçar um “tipo particular de história”, conforme define Hayden White (1973: 6). Ainda assim, ambos reiteram tropos encontrados em narrativas de dominicanos, positivistas, liberais, nacionalistas e conservadores do século XIX¹⁰. De tal forma, o modo de elaboração de enredo (*emplotment*) de Martin e Gleijeses não traz algo novo em si. O país e sua população são representados como vítimas de condicionantes inatas ou contingências externas (a incapacidade/inadequação para a democracia ou os efeitos da geopolítica no hemisfério).

9 | O general brasileiro Hugo Panasco Alvim, comandante das FIP, contava também com militares de Honduras, Paraguai, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. As FIP permaneceram em solo dominicano até 1966; no início desse ano, Panasco Alvim foi substituído por Álvaro da Silva Braga. O segundo no comando, Bruce Palmer (norte-americano) permaneceu até ser destacado para o Vietnã.

10 | Tratei com maior detalhe desta questão no primeiro capítulo da minha tese (Castillo de Macedo, 2021a). Para trabalhos que tratam especificamente de correntes do pensamento político e histórico dominicano, ver Mayes (2014); Cassá (1999); e González, Cassá, Baud e San Miguel (1999). Vale dizer também, seguindo Candelario (2021), que há uma tentativa de Martin de replicar os efeitos de narrativas de viajantes e agentes do governo americano, no controle de um enredo dominicano (nesse caso estudado pela socióloga, com relação à consolidação de uma autoimagem racial dominicana).

Parece-me que neste ponto reside a importância da revolução de 1965 como momento de luta pela soberania popular e nacional. A principal pauta dos revolucionários era o retorno de uma Constituição liberal em seus fundamentos, e a garantia de cidadania no sentido amplo para a população empobrecida. É relevante lembrar ainda que, apenas cem anos antes, o país se libertara da última tentativa de dominação colonial espanhola com a guerra de restauração (1861-1865), e que a ditadura de Trujillo começou seis anos após a ocupação norte-americana (1916-1924) deixar a República Dominicana¹¹. Por esse acúmulo de acontecimentos anteriores, pode-se chamar de “revolução” o que ocorreu em Santo Domingo em 1965.

O processo revolucionário que desembocou em uma nova ditadura, apesar de breve, continha um dos elementos comuns a outras revoluções caribenhas – o desfecho trágico (Scott, 2004; 2014). A maioria de meus interlocutores nasceu durante a ditadura de Trujillo. Quando puderam agir contra o autoritarismo político, ficaram reféns das negociações e dos acordos feitos justamente para evitar uma violência maior. De modo que os ouvir é acessar outros enredos e enquadramentos narrativos sobre o que foi a revolução e o que ela produziu.

Neste sentido, a compreensão que David Scott desenvolve em sua análise a respeito da obra de CLR James sobre a Revolução Haitiana e os sentidos da tragédia pode começar a iluminar alguns caminhos. Scott demonstra que, na leitura de James, escravizados se viram conscritos na modernidade que estavam a criar (2004). O termo *conscrição* tem sua gênese no alistamento militar obrigatório romano. Os dominicanos e dominicanas que conheci se referiam a sua participação também como algo mandatório para si. Ou seja, viram-se “conscritos na revolução”, para emprestar o termo de Scott. Certamente, não na exata forma como aqueles que se tornariam haitianos em 1804, mas de forma análoga, pois caminhavam contra a direção imposta por um poder imperial e hegemônico no tempo da ação revolucionária.

Algo se criou naqueles meses de 1965. Outro mundo, outro tempo e outro modo de ser dominicano, como apontam comparativamente Igor Cherstich, Nico Tassi e Martin Holbraad (2020: 4), que infelizmente dão pouco espaço ao Haiti em sua obra. Por outro lado, algo foi tirado desses combatentes no ano seguinte, com a volta de Joaquín Balaguer ao poder. O que quero aqui é tomar os entendimentos de meus interlocutores sobre tais perdas com a mesma profundidade intelectual de intérpretes de outras revoluções. Há mais coisas nessas lembranças do que a ressonância de memórias de uma experiência violenta. São compreensões a respeito de história, soberania e autodeterminação.

De modo que, no quinquagésimo quarto aniversário da revolução, as pessoas que conheci viviam as nostalgias de futuros passados do tempo revolucionário (do retorno da Constituição de 1963). É desta perspectiva que desfilavam seus comentários e entendimentos. Na próxima seção, demonstro como em sua comemoração estes meus interlocutores deslocam aquilo que Michael Herzfeld definiu como

¹¹ | É digno de nota que o projeto de Juan Bosch na República Dominicana é retomado por CLR James, no apêndice d’*Os Jacobinos Negros* (1989: 406-410). Neste trecho em que James elenca várias questões econômicas e políticas para o contexto caribenho, o autor nota que, com a morte de Trujillo, François Duvalier (Papa Doc do Haiti) passou a ser o “rei do barbarismo latino-americano”. Tanto no caso haitiano como no dominicano, o apoio dos Estados Unidos foi fundamental – e continuou a ser para a manutenção do autoritarismo nos anos seguintes. Não se podem esquecer, tampouco, a ocupação norte-americana no Haiti de 1915 a 1934 e o controle do território portorriquenho (desde 1898), além da ocupação do território cubano (1906-1909).

“nostalgia estrutural” (2016: 28), inspirado pela interpretação de Anderson (2008 [1983]:12) do tempo vazio e homogêneo de Walter Benjamin. Ao reafirmar a revolução e seus valores, ou seu projeto passado de retorno futuro, eles movimentam a fixidez de significados e intenções de narrativas da dominicanidade.

MARCHAS DA NOSTALGIA E DO RETORNO CONTRA O ESQUECIMENTO

Minha inserção no campo se deu aos poucos, com o primeiro contato com o presidente da FUSHA, Tirso Medrano, no segundo semestre de 2018. Fomos conversando via aplicativo *WhatsApp*, após eu procurá-lo através do *chat* da plataforma *Facebook*. É nesta rede social que ele publica continuamente relatos e histórias dos combatentes que fazem parte da fundação. Apesar de não ser o objeto deste texto, tal atividade permitiu que eu continuasse minha pesquisa de modo *on-line* durante a pandemia de Covid-19 em 2020. No primeiro semestre de 2019, passei quatro meses acompanhando o cotidiano de trabalhos da fundação, onde estive presencialmente pela primeira vez em 15 de abril, quando recebi o convite da celebração do dia 24 de abril de 2019. Era a “Marcha contra el Olvido” (Marcha contra o Esquecimento), organizada e promovida pela Fundación de Solidaridad con los Héroes de Abril – FUSHA para a data.

Imagem | Convite em que se lê: “A Fundação de Solidariedade com os Heróis de Abril convoca todos os combatentes revolucionários de 1965 à Marcha Constitucionalista contra o esquecimento”. Tirso Medrano, 2019.



No dia da celebração (24 de abril), acabei desencontrando da marcha, em grande parte devido ao meu deslumbramento com a diversidade de fundações e associações que se reuniram na região da Zona Colonial de Santo Domingo. Foi um dia de festividades. No entanto, dois senhores, ex-combatentes que conheci naquele dia, trouxeram imagens menos celebratórias ao me contar parte de suas histórias. O primeiro deles, Dom Eliodoro Cruz, estava vestido de preto, em luto pelos companheiros perdidos durante os combates. Ele gentilmente se dispôs a conversar comigo enquanto esperávamos a missa em homenagem aos combatentes mortos, organizada pela Fundación de Militares Constitucionalistas del 24 de abril de 1965. Inc. Não foi um longo diálogo. Ele fez questão de me dizer somente que tinha uma bala alojada atrás de sua orelha direita, pegando minha mão para mostrar o projétil em uma protuberância. Seus olhos me fitavam com um teor de tristeza pela violência testemunhada nos dias de combate.

Contudo, ao final daquela manhã, após ter conhecido Don Eliodoro na missa, e ter conversado com outros ex-combatentes, reencontrei Tirso Medrano (presidente da FUSHA) e os outros membros da fundação¹². O presidente me enviou dias mais tarde um vídeo breve, com relances da “*caminata*” solene que os combatentes da fundação fizeram carregando a faixa. O vídeo, que tem pouco mais de um minuto, mostra alguns momentos da marcha ou caminhada que o pequeno grupo de não mais que dez ex-combatentes fez pelas ruas da Zona Colonial. Além de terem saído do Parque Colón (ou praça Colombo, famosa pela estátua do navegador europeu e pela primeira catedral das Américas), o centro dessa região turística, eles circularam por algumas das ruas próximas. O último trecho de seu itinerário foi o caminho do Parque Colón em direção à estátua de Francisco Alberto Caamaño Denó, na esquina da Calle El Conde com o Parque Independencia.

Foi quando chegavam ao entorno da estátua que me encontrei com eles. Ali naquela esquina havia um emaranhado de manifestações de diferentes naturezas: ex-combatentes militares uniformizados, ex-combatentes civis de luto com bonés que indicavam a pertença a alguma associação, militantes de esquerda que lutaram na revolução ou participaram das lutas de resistência durante a ditadura. Também estavam naquele trecho jovens e adolescentes da Escola Salomé Ureña, com roupas nas cores da bandeira dominicana numa marcha patriótica, um outro grupo que protestava contra o aumento no preço do gás veicular natural (alguns deles vestidos em verde, remontando à Marcha Verde¹³), além de jornalistas e curiosos (como eu).

Eram múltiplas as camadas de significado operando naquele emaranhado de manifestações. É importante notar aqui como o 24 de abril se tornou uma espécie de plataforma temporal de expressão de insatisfações políticas (ou, para usar o termo de Bakhtin, um tipo de cronotopo da insatisfação política). O dia de celebração da revolução concentrou suas manifestações no entorno da estátua de Caamaño, na esquina entre Calle El Conde e Parque Independencia.

12 | Mais tarde, no mesmo dia, conheci aquele que seria posteriormente um dos meus principais interlocutores de pesquisa, Ángel Bienvenido, ou Cuchiro (falecido no início de 2020). Ele foi um dos muitos combatentes civis da revolução. Foi quem me disse o que passou com muitos então jovens civis da periferia de Santo Domingo depois da Revolução: “*Después de la Revolución? Nos Jodimos todos!*”. Meses mais tarde Cuchiro me confidenciou com detalhes o que quis dizer. Teve que fugir por dois anos para o interior, evitando os paramilitares que serviam ao governo na caça dos ex-combatentes civis. De 1966 a 1978, como já afirmei acima, a população dominicana experimentou os doze anos do governo contrarrevolucionário e autoritário de Joaquín Balaguer.

13 | A Marcha Verde é um protesto que se repetiu nos últimos anos desde o início dos escândalos de corrupção da empresa brasileira Odebrecht pela construção de um porto em Punta Catalina. A força de crítica ao governo de Danilo Medina (Partido de la Liberación Dominicana – PLD) e a quantidade de pessoas que foram aos protestos demonstram sua importância. Por outro lado, conforme protestos vistos em outros lugares da América Latina, não está claro o posicionamento ideológico de seus organizadores e nem quem financia essa marcha.

Esse local foi o espaço comum ao cotidiano revolucionário naqueles meses de 1965. As praças da região foram usadas para treinamentos de combate, nas casas se cozinhava para alimentar combatentes, e as ruas foram lugares de manifestações bélicas e cívicas em nome do retorno da Constituição de 1963 e de Juan Bosch à presidência.

Fotos | Na primeira foto, o protesto atrás da marcha das estudantes da Escola Salomé Ureña com o protesto pelo preço do gás, e membros da Marcha Verde. Na segunda, a bandeira do Movimiento Popular Dominicano – MPD (agrupamento marxista-leninista) em primeiro plano, junto a diversas outras cores, nos bonés e chapéus, indicando a mistura das demonstrações da celebração pela Revolução e o protesto pelo preço do gás. Fonte: Autor, 2019.



Foto | Uma das associações de ex-combatentes marchando em direção ao mausoléu dos pais da pátria, no Parque Independencia. Em suas mãos, cartazes defendendo o presidente de 1963, Juan Bosch. Fonte: Autor, 2019.



Por entre os lugares onde aqueles ex-combatentes caminhavam naquele 24 de abril de 2019, ocorreram os acontecimentos que marcaram seus corpos, e lhes possibilitaram experimentar outro modo de viver na República Dominicana dos anos 1960. Diferentemente de outras experiências revolucionárias caribenhas, como o caso cubano, a guerra dominicana ocorreu dentro dos limites da cidade. Na mesma esquina em que se celebrava o aniversário da revolução também eram realizados os comícios e manifestações durante a própria revolução. Por isso aquela multiplicidade com a qual me encontrei não parecia surpreender os transeuntes. No entanto, hoje em dia não se trata de lugar definido oficialmente para a celebração de demandas populares, mas de local turístico, desde onde começa (ou termina) a Zona Colonial, e no qual testemunhei um tipo de retomada espontânea das suas potencialidades públicas – também descrito de modo brilhante no início do livro de Steven Gregory (2007).

Neste sentido, pode-se dizer, seguindo o argumento de Yarimar Bonilla (2011: 319), que lugares como este não são *lieux de mémoire* (conforme define Pierre Nora para monumentos do nacionalismo francês). Por outro lado, não é possível apontá-los como “lugares de esquecimento” como propõe a autora também seguindo Nora (Bonilla, 2011: 320). Em sua pesquisa Bonilla levanta questões a respeito de um passado de resistência contra a escravidão em Guadalupe – arquipélago que é um departamento ultramarino francês, também no Caribe – e dos efeitos que as políticas culturais francesas tiveram no processo de assimilação desses territórios como departamentos. A combinação de amnésia e anistia aos crimes coloniais, a afirmação do francês em detrimento da língua local (*creole*) e os monumentos voltados à história da França continental reforçam o argumento da autora. Foram gerações de

guadalupenses formadas para aceitar que sua soberania esteve ligada a símbolos e personagens da metrópole (sobre outras caminhadas políticas guadalupenses, ver o trabalho de Mariana Renou, 2017).

Bonilla propõe que parte do problema está na transformação de espaços que contêm ruínas ou fragmentos destas outras histórias em produtos turísticos, ou do abandono que eles sofrem por falta de reparos. De minha parte, observo que, entre meus interlocutores, lugares como a esquina entre Calle El Conde e o Parque Independencia – são lugares dos retornos da revolução de 1965. Estar nesta esquina no dia 24 de abril é ver o encontro de futuros possíveis em tempo e espaço. Portanto, tais lugares contêm esta potência de reativar projetos, ou ao menos acessá-los de maneira celebratória. Ainda que, sob a calçada de pedestres que perfaz a rua, estejam as ruínas/destroços da antiga rua de comércio central para a cidade de Santo Domingo. As relações que ela cria são menos voltadas à memória, e mais relacionadas à lembrança de futuros passados – seguindo aqui a definição de Reinhart Koselleck de futuro concebido por gerações passadas (2006: 23). Projetos inconclusos ou interrompidos são reativados nos passos, nas consignas cantadas e nos reencontros com antigos companheiros e companheiras de batalha. Bem como os sentimentos que eles evocam.

A Revolução de 1965 foi também celebrada pelos organismos oficiais, especialmente através da Comisión de Efemérides Pátrias (CPEP) do Ministério da Educação. A comissão fez uma exposição com diversas fotos do período revolucionário na Avenida Máximo Gomez – afastada da Zona Colonial. Seu caráter evidentemente nacionalista não é minha preocupação central aqui, mas a capacidade de um tipo de nacionalismo revolucionário acionar um tempo messiânico em que o “presente se apropria ativamente do passado” (Gonçalves, 2017: 5). Na foto abaixo, por exemplo, se vê o engajamento espontâneo de um menino com a exposição que ficou em cartaz por algumas semanas depois da data celebratória.

João Felipe Gonçalves demonstra como, nos múltiplos usos e sentidos do termo “revolução” em Cuba, se acessam diversos passados, e como há uma tentativa política de controle dos significados do termo pelo Estado socialista (2017). Na vizinha República Dominicana, os marcadores históricos são outros, ainda que os acontecimentos de 1965 não sejam a única “Revolução” dessa narrativa histórica nacional¹⁴. No ideário e na linguagem política dominicana opera, como diacrítico mais significante, a noção de “guerra”, também usada e defendida pelos combatentes de 1965, que afinal lutaram com parte do maior exército do mundo no período. O dispositivo reiterativo é o da libertação de estrangeiros que invadem o território nacional. Para esse tipo de libertação, tanto a independência em 1844 (dos haitianos), a restauração em 1865 (contra espanhóis) e a revolução em 1965 (contra norte-americanos e seus aliados) são *guerras pátrias* (talvez por isso também sejam tão recorrentes as marchas – a verde, contra o esquecimento etc.).

¹⁴ | Em 7 de julho de 1857 iniciou-se um movimento cívico militar contra o ditador Buenaventura Baez, que foi bem-sucedido ao obrigar o então presidente a abandonar o cargo. Esse acontecimento ficou conhecido como a “Revolução de 7 de julho de 1857”. É claro que esse era um contexto de disputa entre liberais e conservadores – apoiados, cada qual, por seus respectivos poderes locais de caudilhos.

Foto | Menino caminhando e olhando a foto da exposição feita pela Comisión de Efemérides Pátrias, do Ministério da Educação dominicano em 2019, na Av. Máximo Gómez. A foto de Milvio Pérez retrata uma marcha de mulheres na Calle Conde durante a Revolução de 1965. Fonte: Autor, 2019.



De certo modo, há uma fixação temporal através da calendarização que reitera datas de acontecimentos importantes para alimentar componentes da nacionalidade dominicana. Ela ocorre de maneira semelhante à forma como “revolução” opera na narrativa oficial cubana (conforme descrito por Gonçalves, 2017: 6-7), no sentido que atualiza um tempo messiânico em que passados e presentes são acionados de modo coetâneo. Também como Cuba, o século XIX dominicano oferece os primeiros moldes desta semântica do tempo, utilizada para significar ocorrências do século XX. Gonçalves demonstra, com sua leitura sobre o nacionalismo cubano, que não há um tempo vazio e homogêneo (cf. Anderson, 2008), e sim uma temporalidade heterogênea e polissêmica – que pode ser encontrada em outros contextos de nacionalismo como Israel (Abu El-Haj, 2001) e México (Lomnitz, 2001; 2009).

Na República Dominicana, como demonstrei acima, não se teve o mesmo destino cubano dos reveses de uma revolução que se consolidou como *status quo* socialista. Ainda assim, entre os idosos que conheci também estavam “eternos rebeldes” como os descritos por Gonçalves (2017: 6). Mas, ao mesmo tempo, havia idosos que eram eternos heróis, vítimas e/ou sobreviventes dos combates de 1965. Com a sua presença é possível acessar essas formas messiânicas do tempo como um deslocamento do que Herzfeld chama de nostalgia estrutural – ligada à ideia do tempo vazio e homogêneo em Anderson. Para além da idealização do tempo revolucionário passado em contraposição com o tempo presente das relações cotidianas, o momento da celebração põe essas temporalidades em concomitância. O tempo da

revolução não é somente idealizado, ele é lembrado com as suas contradições e com os seus aís (suas dores).

Se retomamos os casos trazidos acima, de Don Eliodoro e de Cuchiro, vê-se que a revolução contém as dificuldades próprias a uma guerra (ver nota 12). A tristeza pelos amigos e companheiros de batalha perdidos, bem como o desalento pelo projeto de país que não se concretizou (do retorno de Juan Bosch à presidência) fazem da celebração desta efeméride um tipo de contralembrança dos desmandos oligárquicos e do autoritarismo na República Dominicana. A capacidade de enunciação dessas dores – como a forma em que Don Eliodoro me mostra a bala alojada em seu corpo – pode tomar diversas formas (Sarti, 2019). Aqui estou privilegiando os sentidos ordinários (ainda que em momento ritual), sem considerá-los somente como memória, seguindo especificamente a indicação de Veena Das (1997: 2-4; 197-198), que compreende acontecimentos ou “eventos críticos” como acesso a modos de conhecimento. As dores que compõem o trauma não só fazem heróis, mas também são sinais de entendimentos que articulam a história num modo de alinhamento fugidio com corpos e espaços.

Por outro lado, o Estado que celebra a mobilização popular pela democracia, contra o golpe, ao invés de reiterar a fixidez de um tempo ideal, opera um índice da frágil dinâmica da democracia em países caribenhos e latino-americanos. A nostalgia neste contexto contém também tons de melancolia e luto – não é a idealização de um tempo prístino puro, mas a realização das perdas.

LEMBRANÇAS MELANCÓLICAS

Em contexto diverso nas linhas ideológicas em disputa, mas próximo em suas etapas, David Scott descreve a tragédia revolucionária da ilha de Granada. No livro *Omens of Adversity: Tragedy, Time, Memory, Justice* (2014), o antropólogo apresenta as diferentes formas pelas quais o fim trágico da experiência socialista liderada pelo New Jewel Movement (NJM) se expressa. É no terceiro capítulo da obra que Scott se debruça sobre os efeitos geracionais do fim daquele experimento – causado por divisões internas ao NJM, que culminou na invasão de tropas americanas e no indevido julgamento de parte dos dirigentes (opositores que supostamente contribuíram para o assassinato daquele que incorporou a revolução, o líder Maurice Bishop). O Governo Revolucionário Popular de Granada esteve no poder entre 1979 e 1983, após tomarem o lugar da combinação oligárquica ligada a interesses britânicos representada por Eric Gairy. No entanto, Bishop e seus companheiros não conseguiram lidar com as divergências internas ao NJM. Sua morte em um atentado no dia 19 de outubro de 1983 levou à ocupação do país por tropas norte-americanas na operação “Fúria Urgente”. O julgamento dos dirigentes do NJM ocorreu de modo arbitrário e

ignorou procedimentos legais estabelecidos internacionalmente¹⁵.

David Scott retoma os eventos e o processo para repensar a experiência revolucionária em Granada. No terceiro capítulo, acompanha a pesquisa que um grupo de adolescentes (de uma geração que não viveu os acontecimentos) realizou, para encontrar o paradeiro dos restos mortais do líder, Maurice Bishop. Ele trata especificamente da forma como o luto e a melancolia podem adquirir diferentes sentidos, diante da perda catastrófica de projetos políticos (2014: 102), para distintas gerações de um mesmo país. É importante destacar que essa aproximação entre dois contextos revolucionários ideologicamente diversos também guarda diferenças no sentido do fim trágico. Enquanto a ruptura granadina foi súbita, e até inesperada pelo nível de violência envolvida, o fim da experiência revolucionária dominicana envolveu períodos de espera – pelo acordo de paz entre as partes, e pela saída das tropas internacionais do território nacional, ou ainda, pelo resultado das eleições de 1966 (que conclui o desfecho trágico). Ambos os casos trazem, entretanto, um sentido de angústia e raiva pela passividade com que se aceitaram os termos impostos pelo poderio bélico/político externo.

A perda ou derrota dos horizontes de expectativa criados durante a revolução, voltando agora especificamente para o caso dominicano, se expressam não só como nostalgia pelo vivido. Acredito que é o caso de considerá-la como melancolia. Se retomo, por exemplo, a descrição que Sigmund Freud faz da melancolia, ao aproximá-la do luto (*mourning*), é possível notar como a projeção da falta do objeto de desejo se perpetua entre meus conhecidos. Por outro lado, há uma constante necessidade de se remontar ao momento vivido, ou de uma insistente autoexposição das críticas a si (1955: 247). Um *self* neste caso, que se projeta na população do país, nas gerações mais novas e expressa as decepções pelas causas não alcançadas. As marchas ou caminhadas em público, que demonstram o orgulho nostálgico por ter sido parte de uma guerra pátria, são contrapostas por comentários lançados nas conversas em que ocorrem críticas e lamentos sobre a revolução ou acontecimentos posteriores ligados a ela.

Neste aspecto, a diferença com o luto é importante, ainda que tal sentimento também estivesse presente na celebração do dia 24 de abril de 2019 (junto à nostalgia e à melancolia). Freud define como pré-condições para o estado melancólico três fatores: a perda do objeto de desejo, a ambivalência e a regressão do desejo em direção ao ego (1955: 258). Se os dois primeiros, também encontrados no luto, podem ser identificados entre estes ex-combatentes no fim da revolução e no ambíguo sentimento com relação à escolha das lideranças em evitar mais mortes, o terceiro fator pode explicar uma relação contemporânea com essa experiência. Refiro-me ao modo como estes revolucionários recriam o experimento de 1965 enquanto algo que os impele a um tipo de heroísmo. Nesta relação se expressa outro tipo de retorno, que explica o vínculo entre melancolia e nostalgia: é sua própria performance

15 | É importante considerar também que esse ataque americano em Granada ocorre durante o governo de Ronald Reagan, à diferença do caso dominicano, em que quem estava à frente era o democrata Lyndon Johnson (vice de John F. Kennedy). Essa diferença indica uma certa relativização dos quadros de ação política estadunidense, ou das diferenças *de facto* entre republicanos e democratas para os países caribenhos e latino-americanos. Reagan teve ainda a audácia de erigir um monumento aos soldados americanos mortos na intervenção de 1983.

durante a revolução, enquanto jovens patriotas, que é digna de atenção e objeto de seu desejo.

Na sequência da celebração do aniversário da revolução no 24 de abril de 2019, encontrei uma forma mais bem acabada deste direcionamento na conversa que tive com o ex-combatente Nelson Mena, enquanto caminhávamos em direção à sede da FUSHA, junto com Tirso Medrano. O presidente da fundação me apresentou ao ex-combatente como um grande herói, que havia matado pelo menos cinco soldados norte-americanos em combates no norte de Santo Domingo. Era próximo da hora do almoço, então, após subirmos a ladeira da avenida 30 de Marzo no bairro de San Carlos, chegamos ao pequeno escritório. Lá, pude perguntar para o senhor Mena como havia sido sua experiência na revolução.

De início, conforme me contou, não conseguia entender muito bem a ideia de ser um herói da revolução. Com o passar do tempo, no entanto, passou a notar a importância de seus feitos. Ele, como civil, aprendeu a manejar armas e a diferenciá-las somente durante o conflito. Passava dois dias nas linhas de frente e voltava para casa no terceiro dia para descansar. Como morava fora da zona de combate, atravessar os pontos de checagem e controle dos norte-americanos fazia parte do seu cotidiano de guerra. Numa dessas idas e vindas, foi detido e interrogado por soldados norte-americanos. O seu medo maior, como fez questão de frisar, não era entregar seus comparsas, mas ser visto por algum companheiro na companhia dos invasores. Tal situação poderia gerar o efeito inverso, de ser tomado como suspeito pelas forças revolucionárias – o que implicaria sua prisão e até eventual fuzilamento.

Participar da revolução enquanto jovem era um imperativo, afinal seus amigos também haviam entrado no conflito. Não existia, no momento de sua decisão para participar, um projeto claro, ou vinculado à ideologia constitucionalista dos líderes. Ele foi movido por algo próximo ao que Miguel Abensour chama de clima ou tonalidade geral, próprio de um “heroísmo anti-heroico” que ele encontrou entre partícipes da revolução francesa (1992: 224-225). O modo de Don Mena contar sua própria história parecia a forma como ele caminha, com algum vagar e com a dificuldade de quem tem alojada na perna esquerda uma bala dos combates de 1965 (Certeau, 1998). Esse carregar de diferentes formas de lembrar a revolução, ainda que seja como um herói, mostra o quanto não há lugar passivo ou pacífico nestas recordações (para um outro contexto em que fardos do passado também modulam relações e sentimentos, ver Lambek, 2002) – em outras palavras, são corpos atravessados por projetos e projéteis.

Foto | Nelson Mena e Tirso Medrano (de preto) em frente à estátua de Caamaño, na esquina da Calle Conde com Parque Independencia. Fonte: Autor, 2019.



NOTAS CONCLUSIVAS: ONDE HABITAM OS FUTUROS PASSADOS

A possibilidade de recuperar acontecimentos como parte da gramática política dominicana remonta à primeira parte deste artigo. Nela explorei as versões de John Bartlow Martin e Piero Gleijeses, destacando brevemente suas estruturas narrativas e como em ambas se esvaziaram os sentidos da ação política de dominicanos e dominicanas. Ou eram tomados como fantoches do imperialismo norte-americano, ou eram descritos como incapazes de se governar. Em termos narrativos, essa estrutura liga o assassinato do ditador Rafael Trujillo em 1961 à invasão estadunidense em 1965.

Num segundo momento, detive-me aos acontecimentos que acompanhei *in loco* durante as demonstrações da celebração do 54º aniversário da revolução. Nela a importância dos atores de entremeio, como Juan Bosch e Francisco Caamaño, lideranças da mobilização política de 1965, se apresenta de forma mais clara. Aparecem também os heróis anônimos que desfilaram publicamente no dia 24 de abril de 2019. Suas consignas e demandas dos anos 1960 voltam a ser cantadas enquanto marcham pelas ruas da zona colonial (também espaço revolucionário). Sem embargo, estes cantos são divididos com pautas dos últimos anos, pelo fim da corrupção e contra o aumento do preço do gás veicular. As caminhadas que se encontram na esquina entre a Calle Conde e a Calle Palo Hincado, em frente ao Parque Independen-

cia, apontam para os cruzamentos que a calendarização das guerras pátrias permite. A nostalgia dos anos de luta é mobilizada de diversas formas e se mostra inscrita nos corpos e esquinas a cada passo. Ora de modo saudoso, ora com o incômodo dos projetos não alcançados (Don Eliodoro e Cuchiro, cada qual a seu modo, também expressam essas possibilidades).

O que parece ser um ponto pacífico de “nostalgia estrutural” (Herzfeld, 2016) opera entre aqueles com quem estive, como o momento de experimentação de um “tempo messiânico” (Gonçalves, 2017). Tomo o exemplo adverso da revolução que se tornou governo, em Cuba, para indicar que o fim trágico da revolução dominicana conserva seus horizontes de expectativa, pela nostalgia ou pela melancolia. É uma espécie de nostalgia melancólica que exploro na terceira parte do texto, recuperando a discussão de David Scott sobre os trabalhos do luto posterior à revolução em Granada (2014) para explicitar o caso dominicano. Scott recorre à diferenciação entre luto e melancolia desenvolvida por Sigmund Freud, da qual também me sirvo para seguir um caminho distinto. Ao invés de explorar o luto – evidente entre os ex-combatentes que perderam seus companheiros de linha de frente, volto-me ao caráter melancólico da convivência com as experiências revolucionárias. Nela, a perda do objeto, a ambivalência e a regressão do desejo em direção ao ego operam como pré-condições. Nesta última, encontro os fundamentos para a elaboração da imagem de heróis entre ex-combatentes. É com a história de Nelson Mena que demonstro esta transformação possível, de um civil em “herói anti-herói” (conforme a definição de Abensour, 1992).

Seguir essas demonstrações na celebração da revolução de 1965 me permite fazer ainda um comentário sobre as dinâmicas da política na República Dominicana. Em trabalho recente a respeito dessa questão, Maja Horn (2014) evidencia como a ausência de cidadania para mulheres praticamente compõe a estrutura da política institucional do país¹⁶. Um exemplo mais atual deste ponto é o revés que sofreram as manifestações em defesa do aborto no caso de abuso ou violência sexual – também em 2020. A agenda de debates em torno de políticas públicas para mulheres ainda carece de espaço. Ainda assim, parece-me que a retomada de acontecimentos como a revolução (enquanto evento crítico ou não) fortaleceria esta agenda ao indicar a necessidade de expansão de direitos sociais e políticos de longo prazo.

O projeto que a mobilização constitucionalista continha previa um futuro em que direitos básicos estariam garantidos de modo amplo. As críticas de Horn parecem residir num debate deslocado da própria realidade dominicana ou mesmo distante de sua poética social. Elas reproduzem parte do que Trouillot (2003) apontou como ficções do Atlântico Norte. Recordar a revolução de 1965, com suas ambiguidades e seu caráter trágico, parece, por sua vez, ser uma das vias possíveis de fabricação de relações democráticas coerentes com as experiências histórico-populares que habitam as socialidades dominicanas.

¹⁶ | O trabalho da autora traz parte de uma doxa sobre a República Dominicana, segundo a qual a política no país está mergulhada em práticas autoritárias devido à larga experiência de governos autocratas como os de Rafael Trujillo e Joaquín Balaguer. Apesar de não discordar do argumento, tantas vezes repetido entre estudiosos do país, percebo que pouco espaço se dá às experiências de luta pela democracia, como no caso da revolução de 1965 (para exceções, ver García-Peña, 2016; 2022; e Moreno, 1970).

Considerar essa lembrança dando primazia aos espaços e corpos (Das, 1997), por sua vez, possibilita não só compreender as transformações espaço-temporais e seus significados (Munn, 2013; 1992), mas potencializar outros enredos possíveis. Que histórias contam determinados corpos em lugares específicos (em passeatas, marchas, visitas a monumentos etc.)? Que outras indagações permitem os fios deste questionamento às narrativas estabelecidas? Aqui novamente ressoam as questões trazidas por Palmié e Stewart (2016).

Se podemos encontrar esse tipo de abordagem em trabalhos como o de Cynthia Sarti (2019), para casos da possibilidade de enunciação de torturas da ditadura cívico-militar brasileira, é necessário ter em conta que anseios nostálgicos são práticas culturais. Portanto, suas formas, significados e efeitos variam conforme o contexto (Angé; Berliner, 2015), ainda que carreguem um horizonte de expectativa consigo. Em minha pesquisa, os retornos aparecem como formas narrativas que exprimem a nostalgia e o luto ao mesmo tempo. Nessas voltas, as experiências do passado são vias de acesso aos futuros uma vez projetados em meio à revolução. A cada vez que tal percurso se repete, algo pode se transformar.

Em 19 de fevereiro de 2020, após o atraso em três dias das eleições municipais na República Dominicana, uma série de protestos em frente à Junta Eleitoral se iniciou. O ensejo dos protestos se somou à data da independência dominicana do Haiti em 27 de fevereiro de 1844. Os protestos duraram até o mês seguinte, quando se celebraram as eleições. O contexto de denúncias de corrupção relacionadas ao governo central e ao Partido de la Liberación Dominicana (PLD) levou à derrocada deste na maior parte dos municípios, incluindo a capital. Mais tarde, no mesmo ano, a presidência da República passou ao Partido Revolucionário Moderno (PRM), que, apesar do nome, é uma dissidência de centro-direita do antigo PRD. O partido foi fundado, entre outros, por Hipólito Mejía, que ficou conhecido por escândalos de corrupção no início da década de 2000. Ainda assim, o discurso anticorrupção foi o carro-chefe da campanha vencedora.

No contexto do protesto de fevereiro de 2020, circulou nas redes sociais a imagem de um jovem com um cartaz que dizia “Avô: estou aqui porque (você) esteve em 65”. O protesto ocorreu no período em que me preparava para voltar ao campo. O retorno ocorreria em março do mesmo ano e acabou não acontecendo devido à pandemia de covid-19. Até a escrita deste texto, não houve outra reunião de ex-combatentes como aquela que encontrei no dia 24 de abril de 2019. No entanto, não deixa de ser significativo que, em um protesto pela manutenção e garantia do pleito democrático, a revolução de 1965 voltasse a ser evocada. Aparentemente fora de

lugar, pois no calendário das celebrações patrióticas ela é lembrada somente em abril, os manifestantes das novas gerações aproveitaram a data da independência para refazer tais vínculos. Mais uma vez, de modo distinto, os retornos patrióticos multiplicaram os sentidos possíveis da revolução constitucionalista. Dentro do escopo das “guerras pátrias” ou guerras patrióticas, direcionamentos progressistas se tornaram possíveis e acessíveis às novas gerações.

Víctor Miguel Castillo de Macedo Professor do Instituto Federal do Paraná - IFPR, Pesquisador de Pós-doutorado no PPGAS da Universidade de São Paulo, Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional – UFRJ. Mestre em Antropologia e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR. Foi pesquisador visitante no Dominican Studies Institute da City University of New York (DSI/CUNY) e no Institute for Critical Social Inquiry da New School for Social Research (ICSI/NSSR).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA: Não se aplica.

FINANCIAMENTO: Trabalho produzido com apoio do projeto Fapesp (processo 2021/05444-O), supervisionado por João Felipe Gonçalves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, Miguel. 1992. “O heroísmo e o enigma do revolucionário”. In: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura.

ABU EL-HAJ, Nadia. 2001. *Facts on the ground: archeological practice and territorial self-fashioning in Israeli society*. Chicago, University of Chicago Press.

ANDERSON, Benedict. 2008 [1983]. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

ANGÉ, Olivia; BERLINER, David. 2015. “Introduction: Anthropology of nostalgia – Anthropology as nostalgia”. In: ANGÉ, O.; BERLINER, D. (eds.) *Anthropology and nostalgia*. New York, Berghahn Books.

BAKHTIN, Mikhail. 2018. *Teorias do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. São Paulo, Editora 34.

BENJAMIN, Walter. 1985. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense.

BOSCH, Juan. 1964. *Crisis de la democracia de Amé-*

rica en la República Dominicana. México DF, Centro de Estudios y Documentación Sociales.

CARUSO, Raimundo. 1988. *A invasão brasileira de 1965 e a guerra de Santo Domingo*. São Paulo, Ícone.

CASSÁ, Roberto. 1999. “Historiography of the Dominican Republic”. In: HIGMAN. B. W. *General history of the Caribbean*. Volume VI – Methodology and historiography of the Caribbean. London, Unesco & Macmillan.

CASTILLO DE MACEDO, Víctor Miguel. 2021a. *As multiplicidades dos heróis de Abril: Tempos, historicidades e modos de fazer ex-combatentes da Revolução de 1965 na República Dominicana*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.

CASTILLO DE MACEDO, Víctor Miguel. 2021b. “Dom e reparação no capitalismo tardio da República Dominicana”. 45º Encontro da ANPOCS – GT Etnografias do Capitalismo. Caxambu, Anais do Encontro.

CASTILLO DE MACEDO, Víctor Miguel. 2022. “Duas vezes Jorge: o silenciamento como permanência do autoritarismo na República Dominicana”. *Revista Antropolítica*. 54(2): 210-236. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2022.i2.a53113>.

CHERSTICH, Igor; TASSI, Nico; HOOLBRAD, Martin. 2020. *Anthropologies of Revolutions: Forging time, people and worlds*. California, University of California Press.

DAS, Veena. 1997. *Critical Events. An anthro-*

pological perspective on contemporary India. Delhi, Oxford University Press.

DEBERT, Guta Grin. 2012 [1999]. *A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, Edusp; Fapesp.

DERBY, Lauren (Robin). 2009. *The dictator's seduction: Politics and popular imagination in the Era of Trujillo*. Durham, Duke University Press.

DESPRADEL, Fidelio. 2005. *Abril. Historia gráfica de la Guerra de Abril*. Santo Domingo, Archivo General de la Nación – AGN.

FAXAS, Laura. 2007. *El mito roto: sistema político y movimiento popular en la República Dominicana 1961-1990*. México, Siglo XXI; Fundación Global Democracia y Desarrollo, FLACSO República Dominicana.

FICO, Carlos. 2008. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FRANCO, Franklin. 2000 [1966]. *República Dominicana, clases, crisis y comandos*. Santo Domingo, Ediciones Librería la Trinitaria.

FREUD, Sigmund. 1955 [1917]. “Mourning and melancholia”. In: *The Standard Edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Ed. James Strachey. Londres, Hogarth Press, pp. 243-258.

GARCÍA-PEÑA, Lorgia. 2016. *The borders of Dominicanidad: race, nation and archives*. Durham, Duke University Press.

GARCÍA-PENÁ, Lorgia. 2022. *Translating blackness: Latinx colonialities in global perspective*. Durham, Duke University Press.

GAUTREAUX, Bonaparte. 2015. *Los comandos: Abril de 1965*. Santo Domingo, Editora Búho.

GLEIJESES, Piero. 2011. *La esperanza desgarrada: La rebelión dominicana de 1965 y la invasión norteamericana*. Santo Domingo, Editora Búho.

GONÇALVES, João Felipe F. 2017. “Revolução, voltas e reveses. Temporalidade e poder em Cuba”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(93): 1-16. <https://doi.org/10.17666/329305/2017>.

GONZÁLEZ, Raymundo; CASSÁ, Roberto; BAUD, Michiel; SAN MIGUEL, Pedro (Eds.). 1999. *Política, identidad y pensamiento social en la República Dominicana – Siglos XIX y XX*. Madrid, Ed. Doce Calles.

GREGORY, Stephen. 2007. *The devil behind the mirror. Globalization and politics in the Dominican Republic*. Berkley, University of California Press.

HERMANN, Hamlet. 2013. *Caamaño. Biografía de una época*. Santo Domingo, Editora Búho.

HERZFELD, Michael. 2016 [1997]. *Cultural intimacy: Social poetics and the real life of social institutions*. New York, Routledge.

HOETINK, Harry. 2000. “The Dominican Republic in the twentieth century: Notes on mobility and stratification”. *New West Indian*

Guide/ Nieuwe West-Indische Gids, 74(3/4): 209-233. <https://www.jstor.org/stable/41850060>.

HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse. 2013. *Historia de dos ciudades. Santo Domingo y Nueva York despues de 1950*. Santo Domingo, Academia Dominicana de la Historia.

HORN, Maja. 2014. “Dictates of Dominican democracy: Conceptualizing Caribbean political modernity”. *Small Axe*, 44: 18-35. <https://doi.org/10.1215/07990537-2739821>.

JAMES, C. L. R. 1989. *The Black Jacobins. Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York, Vintage Books.

KOSELLEK, Reinhart. 2006. *Futuro passado: Contribuição à semântica do tempo histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, Ed. PUC-Rio.

LAMBEK, Michael. *The weight of the past: Living with History in Mahajanga, Madagascar*. New York, Palgrave Macmillan, 2002.

LOMNITZ, Claudio. 2001. *Deep Mexico, silent Mexico: An anthropology of nationalism*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

LOMNITZ, Claudio. 2009. “Cronótopos de uma nação distópica: o nascimento da “dependência” no México porfiriano tardio”. *Mana*, 15(1): 91-125. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000100004>.

LOZANO, Wilfredo. 1998. *Cambio político en el Caribe. Escenarios de la Posguerra Fría: Cuba, Haití y República Dominicana*. Caracas, FLACSO Editorial Nueva Sociedad.

MARTIN, John Bartlow. 1966. *Overtaken by events: The Dominican crisis from the fall of Trujillo to the Civil War*. New York, Doubleday & Company, Inc.

MAYES, April. 2014. *The Mulatto Republic: Class, race, and Dominican national identity*. Gainesville, University of Florida.

MELLO, Marcelo Moura. 2021. “Espíritos, história e colonialismo na Guiana”. *Revista de Antropologia*, 64(2):1-22. <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186650>.

MORENO, Jose A. 1970. *Barrios in Arms: Revolution in Santo Domingo*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.

MOYA PONS, Frank. 1996. “Dominican national identity in historical perspective”. *Punto 7: A Journal of Marginal Discourse*. CUNY, 3(1): 14-27 (impresso).

MUNN, Nancy. 1992. “The cultural anthropology of time: A critical essay”. *Annual Review of Anthropology*, 21: 93-123. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.21.100192.000521>.

MUNN, Nancy. 2013. “The becoming past of places: Spacetime and memory in nineteenth century, pre-Civil War New York. The Edward Westermack Lecture, 2003”. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 3(2): 359-380. <https://doi.org/10.14318/hau3.2.025>.

PALMIÉ, Stephan; STEWART, Charles. 2016. “Introduction, for an Anthropology of History”. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 6(1): 207-236. <https://doi.org/10.14318/hau6.1.014>.

PERGUERO, Valentina. 2004. *The militarization of culture in the Dominican Republic: from the Captains General to General Trujillo*. Nebraska, University of Nebraska Press.

PURI, Shalini. 2014. *The Grenada Revolution in the Caribbean present: Operation urgent memory*. New York, Palgrave MacMillan.

RABE, Stephen. 2016. “Alliance for Progress”. *Oxford Encyclopedia of Latin American History*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.95>.

RAMÍREZ, Dixa. 2018. *Colonial Phantoms. Belonging and refusal in the Dominican Americas, from the 19th Century to the present*. New York, New York University Press.

RENOU, Mariana. 2017. *Associações políticas e culturais nas ilhas de Guadalupe: lembranças do passado, reparações e construção de si*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.

RINGLER, Major Jack K. & SHAW JR., Henry. 1970. *U.S. Marine Corps Operations in the Dominican Republic April-June 1965*. Occasional Paper, Historical Division U.S. Marine Corps, Washington D.C. Headquarters.

SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres. G., & SIQUEIRA, Monalisa. D. 2021. “Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19”. In: MATTA, Gustavo; REGO, Sérgio; SOUTO, Ester & SEGATA, Jean (eds.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: Populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro, Observatório Covid 19; Editora Fiocruz, pp. 149-157. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0012>.

SCOTT, David. 2014. *Omens of adversity. Tragedy, time, memory, justice*. Durham, Duke University Press.

SCOTT, David. 2004. *Conscripts of modernity. The tragedy of colonial Enlightenment*. Durham, Duke University Press.

SZULC, Tad. 2015. *Diario de la Guerra de Abril*. Santo Domingo, Academia de la Historia.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 1995. *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston, Beacon Press.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 2003. *Global transformations: anthropology and the modern world*. New York, Palgrave Macmillan.

WHITE, Hayden. 1973. *Metahistory. The historical imagination in nineteenth century Europe*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

Recebido em 10 de março de 2023. Aceito em 24 de agosto de 2024.

Editor-Chefe: Guilherme Moura Fagundes

Editora-Associada: Marta Rosa Amoroso

Editora-Associada: Ana Claudia Duarte Rocha Marques



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001